



HISTÓRIA E MÚSICA: O DIÁLOGO ENTRE OS DOIS CAMPOS DE CONHECIMENTO E OS DIVERSOS TIPOS DE FONTES POSSÍVEIS PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS HISTÓRICAS DA MÚSICA

Paulo Henrique Pinto Coelho Rodrigues Alves
Universidade Federal de Minas Gerais
phpity84@yahoo.com.br

A música como fonte histórica pode promover uma série de informações novas ou mesmo reinterpretações de fatos, possibilitando uma compreensão mais abrangente dessa rede de significados múltiplos, própria da cultura. A música não reflete a história. Ela atua com a história e sobre a história (NAPOLITANO, 2002, p. 22)¹.

Nos últimos anos, as práticas musicais vêm, aos poucos, ganhando espaço na pesquisa no campo da História. A música passou a ser vista como fonte e/ou objeto privilegiado da historiografia, contribuindo assim, para um diálogo com a história cultural. O número de títulos de pesquisas, dissertações, teses, livros e dicionários sobre música popular brasileira, de alguns anos para cá, tem deixado de ser um exotismo na produção científica historiográfica e musicológica no país².

As práticas musicais trazem muitas informações sobre determinado tipo de costume, gosto e estética da sociedade e da época em evidência. Assim, as fontes musicais, como qualquer outro tipo de documento histórico, são portadoras de práticas e representações específicas. Tais práticas musicais, ao serem decodificadas, nos informam o contexto histórico no qual o grupo de músicos se inscreve, revelando-os como agentes sociais e personagens históricos de seu próprio tempo (ELIAS, 1995, p. 18)³.

¹ NAPOLITANO, Marcos. *História e Música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 120 p.

² Vários trabalhos têm sido publicados nos últimos anos. Como exemplo: *História Social da Música Popular Brasileira*; *História e Música* (NAPOLITANO, 2002); *Raízes Musicais do Brasil* (DREYFUS et. al., 2005); *Dicionário Houaiss Ilustrado: Música Popular Brasileira* (CRAVO ALBIN, 2006); *Tempo Histórico, Tempo Mítico: Som e Silêncio em Mozart e Schoenberg* (SEINCMAN, 2009); *História e Música no Brasil* (MORAES e SALIBA, 2010); entre muitos outros títulos.

³ ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. 152 p.



Essa comunicação é baseada no trabalho de pesquisa realizado no meu processo de doutoramento em Educação, na linha de História da Educação, em que estudei as Bandas de Música e o cenário musical de Vila Rica/Ouro Preto, em Minas Gerais, no século XIX.

Na busca pelas fontes para esta pesquisa, iniciei pelo setor de Musicologia do Museu da Inconfidência de Ouro Preto, sediada na Casa do Pilar daquela cidade e onde estive em vários momentos. Esse espaço guarda uma grande quantidade de manuscritos e impressos musicais, além de obras didáticas e de conteúdo sacro e popular de diferentes períodos históricos. O acervo foi criado, quando o Museu da Inconfidência recebeu parte da coleção de Francisco Curt Lange de manuscritos musicais, resultado das pesquisas realizadas pelo musicólogo nas décadas de 1940 e 50, em várias cidades mineiras. Nesse arquivo é possível encontrar, também, a coleção musicológica pertencente ao Arquivo Público Mineiro, além de outras duas coleções que pertenceram a famílias do município de Ouro Preto.

A expectativa nesse acervo se depositava especialmente na “Coleção Curt Lange”, pois imaginávamos que ao percorrer o Estado de Minas Gerais em busca de informações sobre a música, o pesquisador teria provavelmente se deparado com alguma documentação a respeito das bandas de música. Tal suspeita acabou se confirmando; de fato encontrei vários documentos, dentre os quais estão atas de fundação e estatutos de duas bandas da segunda metade do século XIX (uma de Ouro Preto, a “Sociedade Muzical (sic) Jardim da Mocidade” de 1882, e a outra de Sabará, a “Sociedade União Sabarense”). Além disso, foram recolhidas por Lange uma série de partes⁴ de obras musicais destinadas a bandas (dobrados, marchas, valsas, entre outros estilos), mas para ele tais obras “não passavam de música sem o menor interesse ou importância⁵”. Esta afirmação deve-se ao fato de que o pesquisador “garimpava” naquele período, em busca especificamente de músicas religiosas de compositores mineiros do século XVIII, e as partituras para bandas, em sua maioria, eram releituras ou arranjos datados dos séculos XIX e XX, sem o menor interesse para o seu trabalho. Ou seja, ele recolheu tal material, mas acabou por não desenvolver

⁴ A parte é a escrita individualizada de um determinado instrumento em uma composição musical. No passado, os músicos possuíam apenas a parte destinada ao seu instrumento. Ao conjunto das partes, dá-se o nome de partitura.

⁵ Suplemento Literário d’ O Estado de São Paulo. 10 jul. 1965, p. 5.



nenhuma pesquisa maior a respeito das bandas de música ou sobre as composições feitas para esse tipo de formação musical.

Também no setor de musicologia do Museu da Inconfidência de Ouro Preto, vasculhando as demais coleções do arquivo, outros documentos vieram à tona e chamaram minha atenção, apesar de, naquele primeiro momento, não terem diretamente uma ligação com o objeto da minha pesquisa. Trata-se de documentos musicais⁶, em grande parte do século XIX, que pertenceram a duas famílias tradicionais ouro-pretanas e foram doadas ao Museu (coleção Família Gesteira e coleção Anália Esteves Ribas). Em meio ao material, encontram-se métodos teóricos de ensino de música; método de solfejo para meninos e escola primária; métodos para instrumentos musicais como piano e violino, escritos em diversas línguas: Português, Francês, Alemão e Inglês (o que demonstra que a prática de importação de métodos e partituras era comum aqui em Minas Gerais); catálogo de venda de instrumentos musicais (o catálogo também apresenta ampla variedade de instrumentos importados); impresso sobre estabelecimento comercial de Ouro Preto que detalha a venda de vários produtos e, entre eles, partituras; também, um impresso denominado “Collecção de Quadrilhas, Walsas, Polkas, etc.”, compostas por compositores da cidade para bandas de música. Tais documentos possibilitam pensar sobre a diversidade no “fazer música” da vila/cidade, sobretudo, se considerarmos que se tratava de uma prática cultural frequentada por todas as camadas da sociedade. Ainda neste arquivo, pude encontrar a maior parte da documentação referente à criação da Irmandade de Santa Cecília dos Professores da Arte da Música de Vila Rica, além de algumas fotografias de Ouro Preto da segunda metade do século XIX.

Outro importante acervo pesquisado foi o do Museu da Música de Mariana/MG. Essa Instituição possui importante coleção de manuscritos e impressos musicais históricos brasileiros e mineiros, além de manter, também, uma exposição permanente com manuscritos musicais e livros litúrgicos antigos, instrumentos musicais e fotografias.

⁶ Os documentos musicais são fundamentais como fontes de pesquisa no campo da Música, seja ela histórica ou contemporânea. A produção musical ocorre de maneira distinta a de seu “recipiente documental”; embora estejam em esferas distintas, a Música não pode subsistir sem um aparato material que lhe é inerente; seja ele na condição de gravação/som, seja na de registro escrito (partituras, métodos, etc.) desse som.



Nesse local, encontram-se 16 coleções musicais, das quais a maior parte foi higienizada, catalogada, acondicionada e disponível para consulta, estando três delas, também, disponíveis em formato *online*⁷: a Coleção Dom Oscar de Oliveira (CDO), o Acervo do Seminário de Mariana (ASM) e o Arquivo Lavínia Cerqueira de Albuquerque (ALC). Há, também, no MMM, a coleção Darcy Lopes (CDL), composta principalmente por partituras recolhidas de revistas literárias do início do século XX, da qual retirei a maior parte das fontes de minha pesquisa de mestrado. Dentre as coleções do MMM, trabalhei diretamente com o Arquivo de Bandas (BAN) que concentra grande número de partituras dos séculos XIX e XX, pertencentes a corporações musicais de todo o Estado; utilizei também algumas obras da Coleção Dom Oscar, que me permitiram perceber a utilização dos instrumentos de bandas nas composições litúrgicas do século XIX.

Na cidade de Belo Horizonte, concentrei minhas investigações em dois grandes arquivos: o Acervo Curt Lange, situado na Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais (BU/UFMG) e no Arquivo Público Mineiro. O primeiro guarda todo o arquivo pessoal do musicólogo Francisco Curt Lange (pertencia também a este acervo a parte hoje custodiada pelo Museu da Inconfidência de Ouro Preto). Nele, encontra-se uma grande diversidade de tipos documentais, em suportes variados. Destaca-se nesse conjunto, a prolífica correspondência que o musicólogo trocou com diversas personalidades da música do século XX, *fac-símiles* e originais de documentos, livros raros, manuscritos de inúmeros trabalhos científicos, material iconográfico variado, equipamentos técnicos, registros audiovisuais, instrumentos musicais, dentre vários outros documentos. Parte desse material está sob a guarda do setor de Obras Raras da referida biblioteca (alguns livros e, principalmente documentos), por se tratarem de impressos únicos e antiquíssimos, em grande parte do século XVIII.

Retomei minha busca em torno da documentação sobre as bandas de música. Como o acervo é muito grande e possui documentos de diversos tipos, foi dividido em 13 diferentes séries (série 1: coleção bibliográfica; série 2: correspondência; série 3: vida; assim por diante) e muitas delas ainda são subdivididas em categorias diversas. Busquei,

⁷ Disponível em: www.mmmariana.com.br



então, por meio do catálogo da coleção, entender a melhor forma de realizar a minha pesquisa.

A série 10 (documentos de pesquisa) reúne um grande número de documentos de natureza e temática variados, que foram produzidos ou acumulados nas pesquisas do musicólogo. Ao tomar contato com a subsérie 10.3 (estudos e transcrições), uma série de documentos saltaram aos meus olhos: a relação dos músicos pertencentes a várias irmandades religiosas de Vila Rica/Ouro Preto (sec. XVIII e XIX); informações sobre a Casa da Ópera de Vila Rica/Ouro Preto (sec. XVIII e XIX); o livro primeiro da receita e despesa de 1815, 1816 e 1817 da Irmandade de Santa Cecília de Vila Rica (irmandade que reunia os principais músicos da cidade) e de várias outras irmandades; o recenseamento dos habitantes de Vila Rica no início do século XIX (1804) e a relação dos músicos nesse contingente, incluindo muitos escravos músicos; lista de pagamento pela câmara de Ouro Preto à música oficial da igreja até o ano de 1834; informações sobre compositores da cidade; métodos de ensinar música do final do século XVIII e também do século XIX. Há, também, pequenas informações sobre bandas de música de diversas cidades, como a “Euterpe Cachoeirense” de 1856 e a “União Social” de 1864 – ambas de Cachoeira do Campo, distrito de Ouro Preto; a “Euterpe Uberabense” datada da primeira metade do século XIX – Uberaba/MG; a “Euterpe Itabirana” de 1863 - Itabira/MG; a “Banda Santa Cecília” de 1891 – Sabará/MG; a “Banda Santa Cecília” de 1897 – Itabirito/MG.

No setor de obras raras, encontrei outros documentos que me foram úteis neste trabalho: o “Compêndio de Música escrito por Francisco Manoel da Silva para uzo dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II” de 1832 (documento que possivelmente foi usado como modelo para ensino de música em outras escolas do Brasil no século XIX) e o método “Systema Geral de Toques de Corneta – mandados organizar pelo Excellentissimo Senhor Marechal de Exercito Marquez do Herval em 1878” (método musical utilizado, possivelmente, por todos os batalhões do exército brasileiro para a comunicação pelos toques de corneta). Também, alguns documentos manuscritos: os “*Livros originais de Receitas e Despesas de algumas irmandades religiosas*”; “*comprovantes de pagamentos feitos a músicos*”; “*Lista de Offeciaes Inferiores e Soldados do Terço da Infantaria Auxiliar de Villa-Rica de 1781*”; “*Mapas de Pagamento dos Offeciaes Inferiores e*



Soldados de diversas Companhias Militares de 1790-1796”; “Série de documentos com nomeações para o 3º Regimento de Cavalaria de Milícias da Comarca de Ouro Preto 1799 e 1800”; “Documentos relacionados à conduta de músicos nos Regimentos Militares de Minas Gerais”. Tais documentos possibilitaram um melhor entendimento sobre o papel/função das irmandades religiosas na profissionalização dos músicos; o papel/função da música nas corporações militares do século XVIII e suas transformações no século XIX; sobre quem eram os músicos que compunham essas corporações; qual era a posição hierárquica do músico em relação a outras patentes da mesma corporação; sobre a profissão do músico militar e a possível distinção social que as patentes traziam; dentre vários outros questionamentos. As respostas para essas questões possuíam imensa importância para a minha pesquisa; uma das hipóteses levantadas, por exemplo, era a de que os músicos que constituíam as bandas paisanas eram oriundos de outros grupos religiosos e militares, o que pôde ser comprovado por meio desses documentos.

O contato com a documentação do Acervo Curt Lange da BU/UFMG, mais uma vez, a exemplo do que ocorrera anteriormente no setor de musicologia do Museu da Inconfidência, chamou-me atenção para um grande movimento musical que se desenvolvera em Minas Gerais e, particularmente, em Vila Rica/Ouro Preto no século XIX.

No Arquivo Público Mineiro depositava-se a expectativa por outros tipos de fontes; documentos não-musicais, mas que pudessem dar outras pistas a respeito da música de Vila Rica/Ouro Preto. Decidi, de maneira intuitiva, fazer uma pesquisa manual às pastas que traziam os índices de cada coleção ali existente. No primeiro contato, selecionei alguns fundos, séries e subséries com a atenção voltada para os títulos dados ao conjunto documental. Dessa maneira, iniciei a pesquisa pelo fundo da “Presidência de Província”, do qual chamaram-me a atenção, na série Correspondências Recebidas, as subséries: 06 - Comércio, Agricultura, Artes, Indústria e Pecuária; 07 - Sociedades Musicais, Políticas, Literárias, Filantrópicas, Partidos Políticos; 09 – Cultos públicos e acatólicos; 15 – Exército; 16 – Guarda Nacional; 35 – Irmandades Religiosas; 41 – Força Pública Provincial (Corpo Policial).



A palavra “arte” no título foi o que me fez interessar pela primeira subsérie destacada, a de número 06. No entanto, ao entrar em contato com o conteúdo das inúmeras caixas repletas de documentos, percebi que o termo “arte”, no século XIX, tinha um significado diferente daquele que eu conhecia; ou seja, mais distante do valor artístico e mais próximo ao ofício artesanal como, por exemplo, a produção de aguardente, oficinas diversas (latoeiro, ferreiro, fábrica de celas), produção de roupas e calçados, entre outros. Nesse conjunto documental, não logrei êxito em encontrar nenhuma referência sobre a música.

Na subsérie 7, encontrei o Estatuto da Sociedade Muzical Harmonia de Ouro Preto (1838), além de dois documentos que, mesmo não estando diretamente ligados à capital de Minas Gerais, também foram relevantes para esta pesquisa: os “Estatutos da Sociedade Muzical Philantropica de Campo Bello” datado de 1838 (banda da cidade de Campo Belo/MG) e os “Estatutos da Sociedade Phoenix Palmense” datado de 1894 (banda da cidade de Palma/MG)⁸.

Na subsérie 09 (cultos públicos e acatólicos (sic)), a minha esperança era de encontrar informações sobre a participação das bandas em outras atividades fora do círculo religioso. Novamente fui seduzido pelo título e, mais uma vez me enganei. Não havia nada a respeito da música nessa seção.

O interesse pela subsérie 35 (Irmandades Religiosas) se configurava na possibilidade de achar documentos diferentes daqueles que tivemos acesso pela Coleção Francisco Curt Lange, já detalhada anteriormente. Mas os poucos documentos por mim encontrados eram bem similares aos recolhidos por Lange, relacionados ao pagamento de músicos ou ao pagamento da Música a alguma determinada irmandade.

A procura pelas fontes nas subséries 15 (Exército), 16 (Guarda Nacional) e 41 (Força Policial) ocorreu de maneira um pouco mais orientada. Conhecia, por meio da leitura de outros trabalhos, a legislação que criava as forças de segurança no Brasil e na Província, além de sugestões de datas que estabeleciam a criação de bandas de música nesses

⁸ As bandas civis proliferaram-se no século XIX, ostentando nomes iniciados em geral por “Lira”, “Sociedade Musical”, “Filarmônica”, “Associação”, “Corporação” ou mesmo “Banda” (GRANJA, 1984, p. 43).



regimentos. Dessa maneira, foi mais fácil conseguir encontrar documentos que dessem informações a respeito das bandas dessas corporações e acabei encontrando fontes que me permitiram concluir que as bandas militares foram criadas em Vila Rica/Ouro Preto antes mesmo das legislações que as estabeleciam.

No fundo da “Seção Colonial”, pude encontrar um dos documentos mais interessantes da pesquisa no que diz respeito às bandas de música militares mineiras. Trata-se da “Relação das trombetas e mais instrumentos musicais pertencentes ao regimento de 1ª linha da Capitania de Minas Gerais”, datado de 1816. Tal documento traz uma relação de instrumentos pertencentes ao regimento militar localizado em Ouro Preto, o que era muito semelhante à instrumentação das primeiras bandas de música militares do Brasil (Rio de Janeiro, Santos e Recife), datadas das primeiras décadas do século XIX. Desmistifica, assim, a afirmação trazida em alguns trabalhos (BINDER, 2006; CARVALHO, 2008; VIEIRA, 2013) de que a primeira banda militar de Minas Gerais teria surgido apenas em 1835 e seria a do Corpo Policial.

No fundo “Casa dos Contos” encontrei outro documento de 1814 que listava também diversos instrumentos musicais pertencentes ao batalhão 11 de Infantaria da Capital Mineira e que demonstrava a possível existência de uma banda no quartel de Vila Rica.

O fundo da Instrução Pública, pertencente ao APM, também foi consultado. Nele, busquei informações principalmente sobre as aulas de música que eram ofertadas na Escola Normal, no Liceu Mineiro, no Liceu de Artes e Ofícios e em outros colégios da cidade. Tal fundo é dividido em três séries: série 1: correspondência recebida; série 2: correspondência expedida; série 3: documentação interna); esta última é a que possui o maior número de fontes que contribuiriam para esta pesquisa, uma vez que nela se encontram portarias e nomeações de professores, lista e mapas de aulas, matrícula e frequência de alunos, provas e pareceres, exames de alunos, relação de livros e matérias utilizados nas escolas, entre outras informações. Dentre os documentos citados, as provas de música realizadas pelos alunos foram fundamentais para a melhor compreensão sobre o “conteúdo musical” que era ensinado nas escolas.



Outro arquivo pesquisado na cidade de Belo Horizonte, embora de maneira bem menos aprofundada, foi o do Museu Militar Mineiro. Este guarda o acervo histórico da Polícia Militar de Minas Gerais (armas, uniformes, documentos e, também, alguns itens que pertenceram às bandas da PMMG). A Força Policial/Corpo Policial de Minas Gerais criada em 1835 foi o que, posteriormente, em 1890, se transformou na Polícia Militar do Estado; assim, o que existe do acervo remanescente dos oitocentos, encontra-se neste museu.

Dois arquivos de bandas de Ouro Preto fundadas em Ouro Preto, nos oitocentos, também foram fundamentais para este estudo; trata-se das bandas do distrito de Cachoeira do Campo: a Banda Euterpe Cachoeirense (1856) e a Banda União Social (1860). Em ambas corporações, tive contato com um rico e vasto conjunto de partituras e instrumentos musicais do século XIX. Além disso, pude também ter acesso a documentos referentes ao período estudado, como livros de receitas e despesas, atas de reuniões, estatutos, iconografias, entre vários outros documentos de tais sociedades musicais.

O arquivo da Paróquia Nossa Senhora do Pilar guarda a maior parte dos documentos relativos à Irmandade de Santa Cecília dos Professores da Arte da Música de Vila Rica. Neste acervo pude ter contato, entre outras fontes, com o livro de receitas e despesas da referida irmandade; também, com a cópia da carta remetida pelos músicos profissionais da capital de Minas Gerais ao imperador, solicitando que o mesmo concedesse aos músicos mineiros, a mesma proteção garantida aos profissionais de Lisboa e do Rio de Janeiro.

Além de todas as fontes anteriormente detalhadas (documentação diversa, partituras, métodos, leis, estatutos, atas, entre outras) encontradas principalmente nos arquivos de Ouro Preto, Mariana e Belo Horizonte, outro tipo de material foi fundamental para a realização desta pesquisa: os jornais⁹. Elenquei nove jornais que circularam em Ouro

⁹ O jornalismo em Minas Gerais surgiu de forma tardia em relação a outras Províncias. O primeiro jornal das Gerais, o “*Compilador Mineiro*”, foi criado em 13 out. 1823. Nessa época, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco já possuíam várias publicações bastante atuantes. Nas décadas de 1820 e 1830, os jornais mineiros eram ainda muito frágeis, e de vida curta. Uma exceção foi “*O Universal*”, que tinha a frente Bernardo Vasconcelos. Só a partir de 1825, a Província teve mais de uma publicação circulando. A



Preto em diferentes períodos do século XIX. Como o interesse da pesquisa por essas fontes era o de saber se existiam informações sobre a música e sobre as bandas em Ouro Preto naquele período, que poderiam ser mencionadas nas notícias dos jornais e, principalmente, se o ensino da música/meios de Educação Musical eram anunciados nesses periódicos (por quem?, para quem?, onde?), a escolha dos títulos baseou-se apenas no período de circulação dos mesmos e na quantidade de publicações (busquei aqueles que tinham mais números disponíveis), tentando, ao máximo, abranger um longo período do século XIX, sem muitas lacunas. Os títulos escolhidos foram: “Abelha do Itaculumy” (1824-1825); “Astro de Minas” (1827-1830); “O Universal” (1826-1941); “Correio Oficial de Minas” (1857-1860); “Diário de Minas” (1866-1878); “Minas Gerais” (1866-1872); “A Actualidade” (1878-1881); “A Província de Minas” (1881); “Jornal Mineiro” (1898-1899). O acesso a estes periódicos deu-se pela plataforma digital da hemeroteca da Biblioteca Nacional¹⁰, com a exceção dos jornais “Astro de Minas” e “Minas Gerais”, consultados na hemeroteca da Biblioteca Pública Luiz de Bessa em Belo Horizonte.

As notícias publicadas nos jornais ouro-pretanos do século XIX foram essenciais para o entendimento do cenário musical da cidade, uma vez que traziam informações que permitiram-me identificar uma intensa circulação e uma constante presença de música e músicos em espaços diversos: bandas militares e “paisanas/paizanas”(sic) pelas ruas em comemorações diversas; música instrumental e vocal nas igrejas executada pelos mais brilhantes professores de música (sic); música no teatro, com selectas peças executadas por uma Academia de Música (sic); anúncios diversos de aulas particulares de instrumentos musicais e/ou canto; anúncios de escolas particulares para meninas e para meninos (separadamente) com oferta de aulas de música; anúncio para concerto e manutenção de instrumentos de música (sic); anúncios de vendas de partituras; além de várias outras informações e curiosidades como, por exemplo: anúncios ofertando

imprensa se concentrava em Ouro Preto, mas a partir de 1827, surgiram jornais noutras cidades em que a mineração era forte.

¹⁰ Disponível em: bndigital.bn.gov.br



gratificações e recompensas a quem desse alguma notícia sobre escravos fugitivos; na descrição física e de “dotes” de alguns dos procurados, não raramente, constava a informação: sabe música e toca um instrumento.

Os Almanques também se configuraram como importantes fontes para o entendimento do movimento musical de Ouro Preto nesta pesquisa, principalmente da segunda metade do século XIX. Nas décadas de 1860 e 1870, foram publicados vários números do *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas-Geraes*, dos quais tive acesso aos dos anos de 1864 (para os anos de 1864 a 1874), 1865 (para o ano de 1865), 1869 (para o ano de 1870), 1870 (para o ano de 1871), 1872 (para o ano de 1873), 1874 (para o ano de 1875). Nesses Almanques, constam informações e curiosidades diversas sobre as principais cidades da Província e, entre elas, nomes de alguns professores particulares de música (apenas três nomes em cada edição), além dos nomes dos professores de música da Escola Normal, do Liceu Mineiro e do Liceu de Artes e Ofícios. Percebe-se que o primeiro *Almanak* de 1864 foi pensado para servir por 10 anos (1864-1874); no entanto, já nos anos seguintes, as publicações continuaram com intervalos curtos entre um número e outro (alguns com periodicidade anual). A primeira edição (1864), apesar dos poucos nomes de professores de música, revela que existia na cidade de Ouro Preto um grande número de músicos (profissionais e amadores):

A musica é ensinada por habeis professores particulares e esta parte das bellas-artes tem chegado a um grande desenvolvimento; são poucos os ouro-pretanos que não conhecem alguma cousa de musica, e por isso existem dous grandes coros, um composto mais por amadores, e outro que forma a banda do Corpo Policial, que dizem ser uma das melhores de seu gênero (AACIMG, 1864, p. 32).

A participação das mulheres nesse cenário musical também é demonstrada nos *Almanaks*, principalmente como pianistas e/ou cantoras: “É notável a habilidade das Sras. Ouro-Pretanas para o piano e canto; algumas conhecemos habeis cantoras e pianistas. Conta-se na cidade cerca de 50 pianos mais ou menos bons [...]” (AACIMG, 1864, p. 33).

Já no ano de 1890, foi publicado o *Almanack Administrativo, Industrial, Scientifico e Litterario do Municipio de Ouro Preto*. Este, como o próprio título esclarece, foi dedicado exclusivamente à Capital Mineira. Justamente por isso, traz maior detalhamento das



informações e fornece mais dados sobre a música e os músicos da cidade. Nele, é possível saber os nomes dos músicos da banda da Força Pública/Corpo Policial (de 1ª, 2ª e 3ª classes); dos professores da Escola Normal, do Liceu de Artes e Ofícios e da Companhia de Aprendizes Militares; de alguns músicos (homens e mulheres) e professores particulares da sede e dos distritos; além dos nomes dos diretores¹¹ e músicos das bandas da cidade.

Os relatos dos viajantes, também, configuraram-se como fontes para esta pesquisa. A literatura de viagem compõe um gênero específico que se constitui como importante fonte de informação para diferentes áreas do conhecimento¹². Minas Gerais recebeu um grande número de viajantes¹³ estrangeiros durante todo o século XIX; a maioria deles passou por Ouro Preto e registrou suas impressões sobre o lugar.

A variabilidade temática é uma característica comum na escrita desses viajantes que sofrem influência de várias ordens: país de origem do autor, interesse pessoal (atraído por aspectos relacionados à sua formação); locais visitados (o que destacava e justificava a descrição); objetivo dos financiadores das viagens (que na maioria das vezes visava à prospecção das potencialidades naturais e humanas com vistas a uma posterior utilização); público leitor (que conferiria sucesso à obra). Mas, independentemente do assunto que interessava a este ou a aquele viajante, uma característica era comum a todos eles: a anotação dos fatos e curiosidades que chamavam atenção a respeito dos costumes e práticas culturais do local em que estavam e que, muitas vezes, causavam grande estranhamento. “É preciso sim desconfiar dos julgamentos inevitavelmente comprometidos do viajante/estrangeiro, contudo, e pela mesma razão (sua situação de proximidade e distância simultâneas), revelam o que de ordinário não vemos, pois contrasta, denuncia, se encanta e se apaixona” (PEREZ, 2009, p. 4). “Os viajantes

¹¹ No século XIX, dava-se o nome de “diretor” ao regente/maestro e/ou responsável por um grupo musical.

¹² No Brasil, a literatura de viagem tem sido fartamente utilizada como fonte de pesquisa por vários intelectuais: Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, entre outros. Sobre sua importância como fonte de pesquisa ver, entre outros: Campos, 1970; Oberacker, 1970; De Certeau, 1991; Mindlin, 1991; Boaventura Leite, 1996; Moreira Leite, 1997; Pratt, 1999.

¹³ Hélio Gravatá arrola a presença de 45 viajantes nos séculos XIX e XX, desde o inglês John Mawe, o primeiro estrangeiro a ter permissão a viajar pelo território mineiro (em 1808), até o português Miguel Torga, que esteve na região em 1954. Segundo o autor, 10 seriam alemães, 2 americanos do norte, 1 americano do sul, 2 austríacos, 12 franceses, 10 ingleses, 4 italianos, 3 portugueses e 1 suíço. Produziram algo em torno de 55 relatos (Gravatá, 1970, p. 11).



observaram, descreveram e classificaram o mundo social, refletindo, por comparação, sobre a vida cotidiana do grupo visitado” (MOREIRA LEITE, 1997, p. 15).

Temas como fauna, flora, riquezas minerais e sociedades indígenas eram muito mais relevantes, afinal, em sua grande maioria, os viajantes eram cientistas, notadamente naturalistas¹⁴. A música não se configurava como tema principal de nenhum desses estrangeiros; no entanto, nas narrativas sobre as características e os costumes da sociedade local, ao descreverem celebrações, festas, reuniões, apresentações, o fazer musical estava presente e foi narrado, muitas vezes com riqueza de detalhes. É notório, que a música permeava todas as camadas da sociedade, produzida e consumida por todos nas ruas, nas casas, nas igrejas, nos salões.

Os estudos censitários/listas nominativas sobre Vila Rica/Ouro Preto também foram utilizados nesta pesquisa, como ferramentas para melhor compreender as alterações do “cenário” após o ciclo do ouro e ao longo do século XIX. Informações sobre o número de habitantes, número de escravos, escolaridade da população, número de alfabetizados e, principalmente, sobre as profissões, me interessaram mais de perto. Tais documentos me permitiram constatar que a música profissional nunca se extinguiu na capital de Minas Gerais naquele século; ao longo de todo esse período, pudemos perceber que sempre foi bastante significativo o número daqueles que exerciam o trabalho com a música como forma de subsistência.

As legislações também foram fontes fundamentais para este estudo. Trabalhar com Legislação Portuguesa (que regia as normatizações antes da chegada da família real ao Brasil e que vigorou, ainda, por bastante tempo, até a criação das leis do Império em 1824); com as Leis do Império (a coleção de leis do império regulamentavam as bandas de música do exército; tais leis determinaram as regras que foram seguidas por outras corporações militares como a Força Policial da Província de Minas Gerais e a Guarda Nacional durante muitos anos); ambas foram pesquisadas em plataformas *on line*. Consultei, também, a legislação da Província de Minas Gerais em busca de melhor

¹⁴ Léa Freitas Perez. *Festas e viajantes nas Minas oitocentistas, segunda aproximação*. In: Revista de Antropologia. São Paulo: USP, 2009, v. 52, n. 1.



compreender a música no Corpo Policial da Província; os Livros da Leis Mineiras, porém, foram consultados no Arquivo Público Mineiro.

Encontrei, também, nos arquivos da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, ambos localizados no Rio de Janeiro, fontes que me auxiliaram durante o estudo. Na Biblioteca Nacional, uma carta em que os músicos da Irmandade de Santa Cecília escreveram ao Imperador, solicitando proteção frente aos “curiosos” amadores que estavam assumindo compromissos profissionais na cidade. Esse documento foi importante para demonstrar como a irmandade de Santa Cecília foi criada naquele período na capital Vila Rica, muito mais como um sindicato profissional do que pelo motivo devocional. Já no Arquivo Nacional, pude ter acesso ao Compromisso da Irmandade de Santa Cecília do Rio de Janeiro e, assim, compará-lo ao de sua congênere que foi criada na capital da Província de Minas Gerais, demonstrando as principais semelhanças e diferenças.

Pude me valer das fontes iconográficas para a composição desta pesquisa: mapas, fotografias de Ouro Preto, além de pinturas que retratam as danças típicas do período estudado foram também utilizadas como forma de ilustrar e aproximar o leitor do contexto da época. Foram utilizadas, ainda, algumas imagens produzidas por mim como forma de retratar espaços, partituras e instrumentos musicais utilizados na capital da Província de Minas Gerais no século XIX. Como os sons do passado já não podem mais serem ouvidos, as imagens nos auxiliam na reconstrução desse imaginário sonoro.

Portanto, diversos tipos de fontes foram necessários para a (re)construção do mosaico sonoro de Vila Rica/Ouro Preto no século XIX. Fontes tradicionais se juntaram à outros tipos de fontes “musicais”, ainda pouco exploradas pelos historiadores, para se fazer escutar a música local naquele período.